



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Aos vinte e sete dias do mês de março de 2024, às 15h40, na Sala de Comissões da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniu-se a Comissão Permanente da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso, que é composta pelas vereadoras Judeti Zilli, Presidente, Duda Hidalgo e vereador Brando Veiga, membros, apenas esse último ausente, tendo quórum para deliberações. A reunião foi aberta pela vereadora e presidente da Comissão, Judeti Zilli, que inicialmente cumprimentou a todos, informando que encontram-se presentes as conselheiras Édie Maria Fernandes, do Conselho Tutelar I, Patrícia Neri e Marina da Silva Salles, ambas do Conselho Tutelar II e Márcia Galo de Oliveira, do Conselho Tutelar III, que solicitaram uma reunião com a Comissão Permanente de Educação, com o objetivo de formar uma parceria. Em seguida, a vereadora Judeti passou a palavra para a conselheira Édie, que reafirmou a necessidade do Conselho Tutelar ter uma parceria com a Comissão Permanente de Educação para diversas questões, inclusive discutir a criação de novos conselhos. Disse que hoje, nossa cidade dispõe de 3 conselhos e com uma população de 700 mil habitantes, necessitaria de um número maior. Apenas 3 conselhos são insuficientes para atender a população. Dessa forma, a questão da criação de novos conselhos é urgente e necessária porque o papel do conselho tutelar é garantir e zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Também é preciso que haja fiscalização para o atendimento dos conselhos, pois todos encontram-se com estrutura insuficiente, inclusive, faltam motoristas para viabilizar os atendimentos distantes. Foram criados CRAS e CREAS e não há motorista para atender as demandas e dessa maneira não é possível fazer um atendimento digno. Também sabemos que os conselheiros e técnicos precisam de estrutura para desempenhar suas funções. Uma das funções que o conselho tem, inclusive, prevista em lei, é fiscalizar o trabalho e os atendimentos solicitados pela população e saber se esses atendimentos estão sendo oferecidos, entretanto, precisamos que outras entidades nos auxiliem. A vereadora Judeti, pergunta se além de motorista, também faltam outros tipos de estrutura e Édie responde que o Conselho Tutelar fez um ofício para a Assistência perguntando sobre isso e sobre os demais tipos de serviços, mas o ofício ainda não foi respondido. Em seguida, Patrícia Neri disse que é necessário que as funções do conselho sejam conhecidas pela população e para isso, necessitamos ter visibilidade para divulgar o trabalho, os resultados e divulgar suas funções para conhecimento da população. Para isso também, pedimos uma parceria com a Comissão Permanente de Educação para que as plenárias possam ser divulgadas. Em seguida, a vereadora Duda Hidalgo, disse que é sabido que a prefeitura não disponibiliza estrutura necessária para que ao conselho possa bem exercer sua função fiscalizatória. Questiona se não seria plausível, que o conselho acionasse o Ministério Público, para que fosse mais uma forma de pressionar a Prefeitura para instrumentalizar estruturalmente o Conselho Tutelar, já que essa é sua obrigação. Em seguida, chegou para participar da reunião, o vereador Brando Veiga, membro da Comissão. A vereadora Judeti, fez uma explanação das demandas das conselheiras, de trabalhar articuladamente com a Comissão. O vereador Brando Veiga, se desculpou pelo atraso, deu as boas-vindas às conselheiras e disse que a Comissão, dentro de suas competências, está à disposição



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

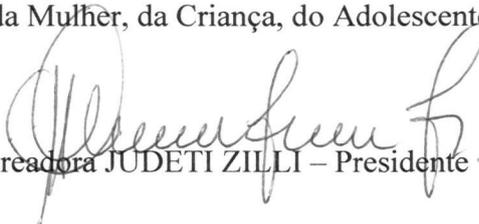
para auxiliar no que for possível. Disse ainda que é contra a unificação dos conselhos, pelo fato de cada um deles, ter sua atuação em cada região determinada. A conselheira Édie, disse ainda que é necessário que haja capacitação da rede protetiva, porque além de ser muito importante, isso está previsto em lei. O assessor Danilo, do Coletivo Popular, perguntou à conselheira Édie, qual é o número de CRAS e CREAS que foram criados e qual é o déficit de motorista, tendo a mesma respondido que não tem o número exato para informar, mas sabe que os técnicos deixam muitas vezes de comparecer aos locais necessários para prestar os serviços requisitados, por falta de motorista. Patrícia esclareceu que tanto o motorista como o carro ficam lotados na SEMAS, mas pertencem ao orçamento do Conselho Tutelar. Danilo pergunta ainda, sobre a demanda de quem delegaria sobre os conselheiros e Patrícia responde que ainda não está resolvido, mas está dentro do projeto de lei que virá para a Câmara. Diz ainda a Patrícia que o conselho fez um ofício para a SEMAS, perguntando sobre o número de equipamentos, para poder fiscalizar, entretanto, o problema é que a maioria dos ofícios ficam sem resposta e quando isso acontece optamos por fazer uma representação ao prefeito. Esse também é um dos motivos que viemos hoje aqui nessa reunião, para que os dados sejam mais transparentes, para que possamos ter acesso ao plenário e assim, mais gente pode ajudar na cobrança, além de ter acesso aos dados requeridos. A vereadora Duda, esclarece que recebeu resposta ao requerimento no 613/2024, com relação a emenda parlamentar do Deputado Federal Paulo Teixeira, destinada para aplicação no Conselho Tutelar, dando conta do que foi gasto com as aquisições e o saldo ainda existente. Referida resposta será anexada a presente ata, para conhecimento de todos. Diante de divergências nos valores apurados, diz a vereadora Duda, que fará novo requerimento para saber onde a verba foi aplicada. Pediu ainda para as conselheiras, que verifiquem se os equipamentos adquiridos, encontram-se nas sede dos conselhos. Outra questão colocada pela vereadora Duda, é sobre a reclamação da falta de estrutura, sugerindo pesquisar se alguma outra cidade, existe experiência sobre isso. Perguntou ainda a vereadora Duda, se existe algum conselho nacional ou outro tipo que engloba o conselho tutelar e a resposta foi que não. O assessor parlamentar André do Coletivo Popular, pergunta sobre a publicação dos dados dos atendimentos, e em resposta Patrícia disse que os relatórios são encaminhados por ofício para o CMDCA, que é o órgão responsável pela divulgação, entretanto, até agora não houve publicação e tampouco interesse do Conselho Municipal em divulgar. A seguir, a vereadora Judeti diz que gostaria de dividir a conversa para facilitar os encaminhamentos, que são três até agora. São duas audiências públicas marcadas, sendo uma sobre a rede de proteção com a Assistência Social e uma sobre a educação. Além disso, o conselho vai participar da tribuna livre, onde dispõe de apenas 5 minutos, entretanto, se pensado de forma sucinta, pode passar um recado importante, principalmente para a sensibilização dos demais vereadores, que poderão fazer parte desse movimento. A vereadora Judeti, faz uma análise histórica sobre o Conselho Tutelar, do qual já foi conselheira, dando uma contribuição com a experiência já vivida e diz que a questão da competência e das atribuições do Conselho Tutelar é um problema que sempre existiu, porque há a ideia de subordinação e os conselheiros e conselheiras precisam deixar claras as atribuições de acordo com o estatuto. É um trabalho difícil, e a maioria precisa de uma especialização da área. O conselho precisa ser protagonista e não subordinado a nenhum outro órgão. Hoje o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente não está alinhado com isso. As próprias famílias não tem muita noção do papel protetivo. É extremamente importante



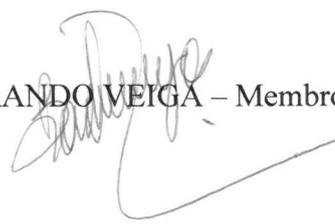
Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ter um arquivo que possa ser analisado sobre as demandas, o que foi cumprido e o que deixou de ser atendido. A comissão está aberta a fazer uma parceria, dentro de suas atribuições, como audiência pública e uso da Tribuna Livre, para que os conselhos sejam publicizados. Édie disse que a intenção do conselho aqui é também de desabafo. Disse que a questão da capacitação é ponto pacífico, mas critica a maneira que o governo fez a licitação pela modalidade – Menor Preço. Entende a conselheira que isso denota a falta de importância para com esse assunto. O vereador Brando Veiga disse que o Conselho Tutelar de Jundiá é muito conceituado e poderia ser feito um contato para trazer as experiências positivas de lá. A vereadora Judeti concorda com vereador Brando, mas disse que o governo precisa ter vontade política para fazer as coisas acontecerem e diz ainda que o vereador tem um papel preponderante nessa questão, pela sua facilidade de diálogo com o governo. Patrícia, convidou a comissão para participar de uma atividade conjunta sobre a exploração sexual da criança e do adolescente. A vereadora Judeti fez então um balanço, das demandas que serão encaminhadas em conjunto. O vereador Brando sugeriu que a comissão faça uma visita a nova sede do conselho. Por fim, a vereadora Judeti, agradece a presença de todos e por nada mais haver a ser tratado e nenhum interessado em se manifestar, a reunião foi encerrada às 16:58 horas, da qual para constar, eu Emir Aparecida Martins Paulino *(Emir Paulino)*, servidora designada para esse ato, elaborei a presente ata, em conformidade com a Resolução 46/2018, que depois de lida e aprovada, vai assinada pela presidente e demais membros da Comissão Permanente da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso.


Vereadora JUDETI ZILLI – Presidente


Vereadora DUDA HIDALGO - Membro


Vereador BRANDO VEIGA – Membro